

INTRODUÇÃO – O RIO PRECISA DE FORÇA PARA MUDAR!

O município do Rio de Janeiro, no momento onde é a mais destacada cidade do mundo, em virtude da Olimpíada realizada aqui, vive um dos momentos mais conturbados de sua história.

São muitas essas causas:

(i) Irresponsabilidade fiscal, com péssimos números em 2015, sendo um fluxo de caixa negativo em 0,9 bilhões, para um déficit primário de 2,9 bilhões e déficit nominal de 4,6 bilhões de reais;

(ii) Obras inacabadas, mal acabadas ou de difícil finalidade prática;

(iii) Alta carga tributária;

(iv) Serviços públicos ineficientes;

(v) Estrutura burocratizada e inchada, com 29 secretarias, 7 subprefeituras, 9 empresas públicas, 5 autarquias e 6 fundações, não havendo orçamento que resista a tanto aparelhamento político;

(vi) Educação precarizada, com as escolas da rede municipal classificadas no ranking Iob de 2015 em 27º entre os 92 municípios do Rio e em 11º lugar entre as 27 capitais;

(vii) Crise sem precedentes na saúde, com filas nos hospitais, falta de equipamentos, insumos e medicamentos, falta de coordenação entre os sistemas de saúde municipal, estadual e federal, além de um obscuro sistema de parcerias com as OSs;

(viii) Violência sem precedentes na cidade, com aumento recente em todos os índices de criminalidade, enquanto as forças de segurança municipais, por ordem governamental, se preocupam em arrecadar receitas através de uma indústria de multas;

(ix) Sistema de transporte centralizado e lotado, com poucas e caras alternativas para o usuário, e repressão a cidadãos prestadores autônomos de serviço de transporte;

(x) Meio ambiente precarizado;

(xi) Cultura sem investimentos e ideologicamente enviesado;

(xii) Falta de planejamento turístico pós-olimpíada;

(xiii) Falta de política urbanística séria;

(xiv) Falta de política habitacional sustentável;

(xv) Desestímulo ao empreendedorismo e geração de empregos, entre outros tantos problemas.

Tais causas estão diretamente relacionadas a uma visão de governança que impera no Rio de Janeiro há quase duas décadas, e aprofundada com a parceria PMDB-PT na cidade do Rio de Janeiro que fez a gestão da cidade nos últimos oito anos.

Precisamos romper com a lógica do Governo inchado dessa parceria atrasada em prol de um governo do século XXI, pautado na ética, na modernização através de novas tecnologias de informação; na responsabilidade fiscal e na eficiência administrativa.

Mas para isso, é preciso Força para Mudar! Com esses compromissos, o Partido Social Cristão apresenta a candidatura de Flávio Bolsonaro à prefeitura do Rio de Janeiro!

1. UMA MUDANÇA COM RESPONSABILIDADE: GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL, MODERNA E INTEGRADA

O Brasil como um todo, e o Rio de Janeiro em particular, estão entrando em um processo de "ressaca", após quase uma década de gastos públicos desmedidos em obras públicas (alguma úteis, outras tantas não), aumento do quadro de funcionários por indicação e expansão do número de secretarias para receber aliados políticos pouco preocupados com o bem-estar da população, e mais preocupados em se acastelar na máquina da prefeitura municipal.

Em um novo século, pautado pela informática, redução das distâncias e participação dos cidadãos online e em tempo real, a Prefeitura do Rio falhou criticamente em se adequar a esse novo cenário, permanecendo analógica em um mundo digital, especialmente na prestação de serviços públicos.

Causa espécie a desconexão na prestação desses serviços em nível nacional, estadual e municipal quando os governos dos três níveis encontravam-se no mesmo grupo político. Aparentemente, tal integração se dava apenas em nível pouco republicano.

A mudança do Rio terá como fundamento, em cada tema, os princípios da responsabilidade fiscal, da modernização das rotinas administrativas e da integração da prestação dos serviços públicos municipais com a própria população e com os prestadores em nível estadual e federal.

2. A QUESTÃO ADMINISTRATIVA

Uma gestão pública responsável, moderna e integrada deve começar sempre por uma reforma administrativa ampla.

A atual estrutura da Prefeitura do Rio comporta 29 órgãos com status de secretarias, 7 sub-prefeituras, 9 empresas públicas, 5 autarquias e 6 fundações.

Não à toa, os números do balanço de 2015 são ruins, com um fluxo de caixa negativo em quase um bilhão de reais, para um resultado primário deficitário em 2,9 bilhões de reais e um resultado nominal deficitário de 4,6 bilhões de reais.

Se esses resultados são insatisfatórios para uma despesa total, em 2015, de 27,3 bilhões de reais, é de se esperar que, para 2016, com orçamento de despesa aprovado em 30,8 bilhões de reais, no atual cenário econômico de depressão, com probabilidade de redução de receitas, o resultado final do presente ano seja ainda pior que o do ano anterior.



A recente reforma do sítio da prefeitura foi tímida e não gerou os resultados esperados, especialmente no plano da ouvidoria da prefeitura (portal 1746).

Para mudar esse panorama é preciso convicção e força, através das seguintes propostas:

(i) Redução das atuais 29 secretarias para apenas 18: Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal da Casa Civil, Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Fazenda; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Segurança; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Cidadania e Habitação; Secretaria Municipal de Transportes; Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; Secretaria Especial de Empreendedorismo, Emprego e Desburocratização; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais; e Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia.

(ii) Compromisso de não se gastar mais do que se arrecada, com superávit primário já no segundo ano de mandato;

(iii) Corte de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos cargos políticos preenchidos por indicação na Prefeitura do Rio;

(iv) Busca pela redução da carga tributária, preferencialmente ISS, estimulando o empreendedorismo e a geração de empregos, sempre atrelado ao corte de gastos, respeitando-se a austeridade fiscal municipal;

(v) Esforço para que a maioria dos cargos de chefia sejam ocupados por funcionários concursados de carreira, garantindo assim real tecnocracia e meritocracia na administração pública municipal;

(vi) Choque de gestão na Previ-Rio, com auditoria completa das contas e nos benefícios concedidos, a fim de evitar ou cessar fraudes, e caso estas ocorram, buscar o ressarcimento público judicialmente;

(vii) Demais ações em busca de uma administração pública eficiente para a sociedade carioca e que não crie endividamento para as gerações cariocas futuras.

3. AS SECRETARIAS: EFICIÊNCIA, MODERNIDADE E PROJETO DE FUTURO

Este plano de governo tratará de cada uma das pastas e as linhas mestras que guiarão seu funcionamento, dando liberdade para que cada técnico possa realizar seu trabalho com empenho e um objetivo claro: o aumento do bem-estar e da liberdade do cidadão carioca.

3.1. Gabinete do Prefeito

O Gabinete do Prefeito estará sempre à disposição da população, e ao contrário de gestões anteriores, entendemos que o lugar do Prefeito não é dentro do gabinete, mas na rua, ouvindo e atendendo a população.

Para mudar esse panorama é preciso convicção e força, e será compromisso da administração Flávio Bolsonaro a criação do Gabinete Itinerante do Prefeito, onde o Prefeito poderá ouvir as necessidades da população pessoal e diretamente.

3.2. Secretaria Municipal da Casa Civil

A Secretaria Municipal da Casa Civil manterá as atribuições típicas da pasta, além de agregar as funções da Secretaria Municipal de Governo, reduzindo assim o tamanho da área administrativa, otimizando-a em favor do cidadão.

O Secretário da Casa Civil será o principal assessor do Prefeito, promovendo e melhorando o relacionamento da Prefeitura com a sociedade e outros entes públicos; dando diretrizes, fiscalizando e cobrando outros secretários em suas atividades-padrão, e planejando as ações futuras da Prefeitura, sempre com base na desburocratização, liberdade econômica, modernização dos processos administrativos, austeridade fiscal e eficiência na prestação de serviços públicos.

3.3. Controladoria Geral do Município

A Controladoria Geral do Município é um dos órgãos mais importantes da prefeitura, responsável por criticar e construir os processos de gestão de todo o ente municipal.

Em especial na execução de serviços públicos, onde impera o desperdício, uma gestão digital moderna de contratos e estoques será implementada, com impossibilidade de uso de recursos públicos sem identificação do fato em sistema.

Todas as rotinas administrativas serão revisitadas e, dependendo do que ocorrer, até mesmo auditadas.

É compromisso da administração Flávio Bolsonaro auditar os cem maiores contratos celebrados pela Prefeitura nos últimos 4 anos, bem como os contratos olímpicos.

3.4. Procuradoria Geral do Município

A Procuradoria Geral do Município terá total independência para atuar em suas funções, e será criado um programa de combate ao assédio político e moral aos procuradores municipais, de forma que possam atuar sempre com o objetivo de defender o interesse público, e não o interesse da administração vigente.

3.5. Secretaria Municipal de Administração e 3.6. Secretaria Municipal de Fazenda

Diretrizes apresentadas no ponto "2" deste plano de governo.

3.7. Secretaria Municipal de Obras

O Rio de Janeiro viveu um período intenso de obras na última década, muitas delas sem o devido debate na sociedade carioca e com suspeitas de superfaturamento.

O foco desta administração na Secretaria Municipal de Obras será a conservação do patrimônio carioca, com reformas contínuas de seus parques, jardins, praças, ruas e prédios



públicos, com mínimo impacto e sem alterar a vida cotidiana dos cariocas e com constante diálogo com a população diretamente atingida, respeitando-se a vontade dos cidadãos através de realização de pesquisa ou consulta popular, além do uso dos mais modernos meios de comunicação digital entre o cidadão e a prefeitura.

Um dos principais problemas na realização de obras é a fixação de um preço mínimo de custo, que encontra-se sempre bastante acima do preço de mercado, garantindo lucro desproporcional para os realizadores da obra. Será nosso compromisso a revisão de todos os preços mínimos de licitações, garantindo real economia para o erário público.

O tempo dos elefantes brancos como desculpa para contratos milionários para empreiteiras ligadas à Operação Lava Jato chegou ao fim.

3.8. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

O foco da área urbanista será o esverdeamento da cidade. Uma cidade verde é uma cidade mais bonita e mais feliz, e o processo de naturalização urbana reduzirá sensivelmente as temperaturas no verão da cidade maravilhosa.

Para esta finalidade, além dos esforços da Fundação de Parques e Jardins e demais órgãos e entes públicos, serão criadas políticas públicas de incentivo ao esverdeamento da cidade através de isenções tributárias e parcerias público-privadas.

30% das residências cariocas não possuem acesso a sistema de esgoto, e dos 70% restantes, metade não tem seu esgoto tratado antes de ser lançado ao mar. Nossa gestão, em parceria com os Governos estadual e federal, aumentará significativamente esses índices.

A urbanização e demarcação de comunidades será uma das prioridades dessa gestão, bem como a regularização das propriedades privadas para os cidadãos humildes que lá vivem.

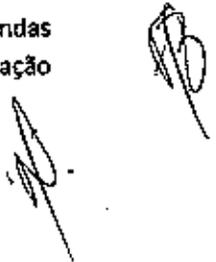
3.9. Secretaria Municipal de Segurança

A segurança é hoje, provavelmente, o maior problema do Rio de Janeiro, que está vivendo clima de guerra civil. Estamos vivendo recordes de homicídios, furtos e roubos, resultando em consequências nefastas para a educação, saúde, comércio e turismo da cidade.

A Prefeitura do Rio, que poderia colaborar com a defesa da vida e da propriedade privada do cidadão de bem, prefere usar a Guarda Municipal como instrumento arrecadatório de multas, ao invés de defender o patrimônio público e a integridade dos cariocas.

Esta gestão romperá com o atual paradigma, a começar com a mudança de nome da Secretaria, de Secretaria de Ordem Pública para Secretaria de Segurança. Em seguida, serão tomadas as seguintes atitudes de força para mudar o retrato da segurança pública carioca:

(i) Reordenamento e atualização do serviço 1746, para que haja pronta resposta às demandas dos cidadãos, em especial no tocante a estacionamento irregular, lei do silêncio, pavimentação e conservação;



(ii) Integração da Guarda Municipal à segurança pública, cumprindo a lei federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), mudando seu foco do viés arrecadatário para o da segurança preventiva do cidadão;

(iii) Transformação da atual Academia da Guarda Municipal em Escola de Governo, com formação dos atuais e futuros Guardas Municipais em tecnólogo em ordem e segurança pública, curso equiparado a nível superior;

(iv) Treinamento e capacitação dos Integrantes da Guarda Municipal para o devido uso de armamento não letal e de arma de fogo;

(v) Ampliação do efetivo da Guarda Municipal, mediante efetivação de possíveis candidatos aprovados em concurso público vigente ou novos concursos públicos até o máximo legal permitido;

(vi) Criação de sistema que permita a integração das câmeras existentes (via CICC) com de novas câmeras de segurança, em corredores comerciais, pontos turísticos, estações de transporte público e outros locais com grande concentração de pessoas, com sistema de identificação facial, no intuito de auxiliar as forças de segurança pública na redução do tempo de resposta a ações criminosas, na localização de pessoas desaparecidas, entre outras finalidades;

(vii) Outras medidas necessárias para proteção do cidadão de bem da nossa cidade.

3.10. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

A educação no Rio de Janeiro, apesar da melhora por ocasião da implementação do bom plano realizado pela especialista Cláudia Costin, ainda está muito abaixo de algo próximo do ideal. A rede pública municipal encontra-se, no ranking Ioeb de 2015, em 27º entre os 92 municípios do Rio e em 11º lugar entre as 27 capitais.

Isto ocorre porque as boas medidas meritocráticas implementadas, como o plano de metas, o 14º salário para o professor cuja turma atingisse determinada nota, e a centralização da produção de conteúdo e aplicação de prova, não foram suficientes para superar o atraso prévio, sendo necessárias outras medidas mais agressivas.

Em virtude da grave crise econômica que atravessa o país, a rede pública municipal encontra-se inchada, sendo necessária a busca por meios econômicos e eficientes para suprir as vagas necessárias.

As creches municipais não possuem horário de funcionamento compatível com o trabalho das mães, normalmente de 7 às 17 horas, e seu sistema pedagógico é atrasado. De acordo com os mais recentes estudos, o maior desenvolvimento da criança se dá no período de 0 a 6 anos, onde ela deve ser educada nas mais modernas práticas de expansão da percepção e raciocínio.

A cultura carioca, embora com razoável investimento, é mal alocada, pois sustenta preferencialmente produtores culturais com mercado consumidor estabelecido, enquanto ignora a alta cultura.

Para mudar a educação e a cultura do Rio, é preciso força e competência, através das seguintes medidas:

- (i) Manutenção das medidas meritocráticas implementadas no atual Governo;
- (ii) Meta de 100% da rede com ensino em tempo integral, com atividades culturais, esportivas e científicas no turno da tarde;
- (iii) Reforma pedagógica das creches municipais, em parceria público-privada, para aplicar as mais modernas medidas de desenvolvimento intelectual de crianças entre 0 e 6 anos de idade, além do aumento do período de funcionamento, das 7 às 19 horas.
- (iv) Investimento constante em qualificação para os professores da rede de ensino municipal, atrelando metodologia às mais recentes tecnologias de aprendizado;
- (v) Foco especial no investimento em centros educacionais destinados a crianças especiais e escolas inclusivas;
- (vi) Revisão do conteúdo programático das escolas, por comissão de professores, com foco em disciplinas básicas (português e matemática) e tecnológicas (que gerem conhecimento para o aumento da produção de bens com valor agregado);
- (vii) Implementação do programa "Escola sem Partido" (neutralidade político-partidária em sala de aula) e proibição de conteúdo com temática "ideologia de gênero", evitando a antecipação da sexualidade de crianças;
- (viii) retorno das disciplinas "educação moral e cívica" e "organização social e política brasileira", com foco no estudo da Constituição Brasileira, ensinando às crianças os direitos e deveres de cada cidadão brasileiro frente às leis pátrias;
- (ix) Investimento na segurança dos alunos e dos professores, dentro de sala de aula e nos limites das escolas;
- (x) Criação do "ProFund", programa que ofertará matrículas na rede privada de ensino aos estudantes que não conseguirem vaga na rede pública, por intermédio de desconto tributário e outras formas de parceria;
- (xi) Migração gradual de professores para o regime de horas integral, priorizando antiguidade e regularidade na dupla jornada;
- (xii) Converter escolas em equipamentos culturais para a população em geral e, em especial, às crianças e adolescentes, funcionando nos finais de semana e em horários sem aulas. Para tanto, serão instalados equipamentos necessários à criação e produção artísticas, nas áreas de música, teatro, dança, fotografia, circo, áudio visual e artes plásticas;
- (xiii) Criação do Fundo de Cultura, estimulando parceiros da iniciativa privada a adotarem ações pró-ativas em relação à cultura de patrocínio, mediante renúncia fiscal, desburocratizando a disponibilidade dos recursos, a serem liberados por banca especializada, com total transparência e impessoalidade, com foco em áreas de alta cultura destinadas à população de baixa renda;

(xiv) Outras ações em defesa de uma educação e cultura de alto nível para a população carioca.

3.11. Secretaria Municipal de Saúde

O sistema público de saúde é ineficiente em todo o Brasil, mas com especial precariedade no Rio de Janeiro, motivo pelo qual tem sido apontado como o problema de maior preocupação do cidadão carioca.

Não há dor maior que a perda de uma vida por negligência ou falta de materiais médicos básicos, enquanto sobra dinheiro para eventos internacionais privados.

Faltam leitos em hospitais públicos municipais, enquanto sobram em hospitais públicos federais e privados. Os sistemas de gestão dos três níveis federativos não se comunicam, mesmo sendo um Sistema ÚNICO de saúde. A gestão municipal carioca tem sido marcada pela corrupção e leniência nas parcerias com OSs, mesmo sendo esse um instrumento de gestão que, se bem fiscalizado, pode ter alguma serventia.

É preciso fazer uma reforma completa no sistema de saúde carioca para entregar ao cidadão o serviço digno que ele merece e ao qual faz jus pela Constituição.

É preciso força pra mudar a gestão do SUS no Rio, e ocorrerá a partir da realização dos seguintes projetos:

- (i) Implantação do e-SUS em todas as unidades de saúde do Município, para melhorar o atendimento, abastecer a rede SUS com informações em tempo real, controlar o uso de insumos e melhor planejar a quantidade e frequência para adquiri-los;
- (ii) Integração dos sistemas de regulação de leitos municipal, estadual e federal, no que diz respeito a alta e média complexidades (CTI/UTI), para dar transparência e agilidade ao processo, acabando com a romaria entre hospitais;
- (iii) Especial foco na integração com Hospitais Universitários, centros de excelência do município;
- (iv) Uso do mecanismo das PPPs apenas para rede de média e baixa complexidade, para atender as demandas de especialidades médicas nas unidades básicas da saúde e clínicas da família;
- (v) Gestão direta do Município para a rede de alta complexidade, com contratação de médicos concursados, por regime celetista, através da Empresa Pública de Saúde;
- (vi) Ênfase na prevenção, com aprimoramento e ampliação do PSF (Programa de Saúde da Família);
- (vii) Fazer da Residência em Medicina da Família o paradigma de excelência do Brasil;
- (viii) Criação de uma Central de Insumos, para controlar e fiscalizar os estoques de insumos, remédios e materiais hospitalares, combatendo e acabando com o desperdício e corrupção na área;

(ix) Contratação de leitos para serviços especializados junto à rede privada de saúde, quando não houver vagas na rede pública – “Programa Pró-Vida”;

(x) Auditoria em todos os contratos da pasta, com atenção especial nos contratos aditivos;

(xi) Criação de um órgão de ouvidoria e fiscalização especializado na rede de saúde, com acesso pleno do cidadão através dos mecanismos mais modernos de comunicação digital;

(xii) Desburocratização e redução da carga tributária em serviços médicos privados, barateando o serviço de saúde para desafogar a rede pública;

(xiii) Criação de política de apoio ao planejamento familiar, através de políticas educacionais de esclarecimento sobre a responsabilidade e custos na geração de filhos, além da distribuição de insumos e remédios contraceptivos não-abortivos, como pílulas anticoncepcionais e preservativos;

(xvi) Além de outros projetos que visem a melhoria do sistema de saúde do carloca.

3.12. Secretaria Municipal de Cidadania e Habitação

A habitação é um dos grandes problemas do Rio de Janeiro, e grande parte desta culpa reside na burocracia municipal na concessão de licenças e legalização de propriedades e construções.

Ante a falta de recursos generalizada no município, a prioridade da gestão será a desburocratização do licenciamento de construção e “habite-se”, bem como a legalização de imóveis já estabelecidos em posse mansa e pacífica qualificada. A falta de legalização desses imóveis exclui da economia brasileira ativos que poderiam servir de base para a concessão de crédito para famílias humildes empreenderem e saírem do estado de pobreza que se encontram, tendo essa fórmula sido aplicada com sucesso em diversos países, como o Peru.

Esse esforço de legalização e desburocratização estará sendo feito em conformidade com a demarcação de limites de comunidades, especialmente em áreas próximas destinadas à preservação histórica e ambiental.

A prioridade na legalização dos imóveis não retira do município a busca pela entrega de casas populares para a população de baixa renda, através de parcerias com demais entes públicos, especialmente em imóveis pertencentes à prefeitura sem destinação específica.

Esta Secretaria terá a responsabilidade de ampliar o diálogo com todos os Conselhos Municipais, ampliando a participação da sociedade civil na gestão da prefeitura.

A Secretaria cuidará também da parte relativa à assistência social geral, promovendo o acesso da população a bens e serviços básicos.

Para isso, a Secretaria atuará nas comunidades carentes através de entidades denominadas “UPoPu”, ou Unidades de Políticas Públicas, inclusive em parceria com o Governo do Estado em áreas pacificadas pelas “UPPs”, garantindo assistência médica, jurídica e dentária básica, entre outros benefícios.

3.13. Secretaria Municipal de Transportes

O atual Governo se orgulha da sua atuação no campo dos transportes, com a construção do VLT, implantação dos BRTs e expansão do metrô. No entanto, estes sistemas vêm se demonstrando ineficientes. O VLT se apresenta excessivamente lento, o que impossibilita de ser considerado um transporte de massa pelos padrões Internacionais, e seu itinerário definido em áreas densamente povoadas, gera conflitos e dificulta sua operação. Os BRTs funcionam de maneira espaçada (com frequência ou intervalo de tempo alto) o que causa sua superlotação e desconforto aos usuários, bem como apresenta itinerários limitados que define uma baixa matriz origem/destino destas linhas. Outro agravante da Implantação do BRT foi a extinção das linhas de ônibus alternativas, o que dificulta o acesso da população as estações de BRTs e impediu a livre escolha da população pelo modo que melhor lhe serviriam. Quanto ao metrô, sua expansão sequer foi feita pela prefeitura.

As linhas de ônibus são modificadas a todo o momento, sem a devida informação à população, causando tamanha confusão que até uma autoridade pública municipal declarou, certa vez, que "até ele se perdia". A promessa de 100% da frota de ônibus com ar condicionado também não foi cumprida, enquanto as tarifas seguem elevadas, por conta de uma notória máfia das empresas de transporte.

Ao mesmo tempo, o descaso do Governo quanto ao transporte público individual, gerou uma guerra entre taxistas e empresas de carona paga, com grande insegurança jurídica para os dois lados e para o consumidor, que só quer ver seu direito de escolha preservado.

O transporte alternativo, que servia principalmente para escoar passageiros em horas de pico e nas madrugadas, foi paulatinamente extinto, gerando insegurança para os cidadãos em função da necessidade de permanecerem na rua por mais tempo a espera de outros modos de transporte que, normalmente, apresentam baixo nível de serviço.

Este cenário demonstra que não há real integração de modais de transporte, fazendo com que o Município do Rio de Janeiro tenha um sistema de transporte confuso e ineficiente.

As multas no Município, ao invés de restringir ou educar os motoristas, se tornou uma indústria imoral de arrecadação da Prefeitura do Rio, que reduz arbitrariamente o limite de velocidade de ruas, a despeito do preconizado no CTB, com fins exclusivamente financeiros e não visando o aumento da segurança de trânsito e que, conseqüentemente, reduz a capacidade viária de todo o sistema. Esta prática precisa ser revista.

É preciso de alguém que não tenha sido contaminado por este sistema político corrupto, e com força para mudar a situação dos transportes na cidade, e isso será feito através das seguintes medidas:

(i) Através de um planejamento eficiente, modernizar a operação de transportes que permita plena integração dos modais, sempre respeitando a liberdade de escolha do usuário pelo modal de sua preferência, prevendo e publicizando essa conexão e frequências através de aplicativos, sites e outros meios modernos de comunicação digital;

(ii) Implementar um sistema de monitoramento dos modais, buscando a eficiência e excelência nestes serviços, compatíveis sempre com as aspirações da população. Neste centro serão mantidos, obrigatoriamente, representantes de cada modo de transporte com condições de contato direto com suas respectivas áreas de operações, para que possam, no caso de declínio do nível de serviço geral ou pontual, atuar rapidamente para aumento de frequência ou aplicação de alternativas visando a manutenção de qualidade;

(iii) Aumento da disponibilidade (frequência) de BRTs e BRSs em horários de pico e redução dos intervalos entre as conduções;

(iv) Racionalizar os sistemas de BRT, BRS e Ônibus Urbanos que deverão ter suas rotas e linhas planejadas para atender melhor a população. Novos eixos de BRT deverão ser criados, porém sem o bloqueio de pistas como feito nos dias de hoje. Apenas uma faixa seletiva demarcada com sinalizadores será necessária para sua efetivação, uma vez que o suporte e infraestrutura das vias permitem sua circulação;

(v) Enfrentamento da máfia dos ônibus e combate ao alto preço da tarifa, compatibilizando a tarifa ao nível de serviço oferecido;

(vi) Paulatina legalização do transporte alternativo, com combate a qualquer tentativa de cartelização por milícias, reordenando-o e integrando-o ao sistema de transporte primário;

(vii) Desoneração tributária e desburocratização das regras para a regularização de táxis, bem como a legalização de aplicativos de caronas pagas (Uber), acabando com a concorrência predatória do Uber aos taxistas através do alívio fiscal e burocrático ao táxi, entre outras políticas públicas de estímulo ao uso do táxi;

(viii) Estímulo de formas alternativas de locomoção, como mototáxis, sistema hidroviário e bicicletas;

(ix) Reordenamento do trânsito e análise viária, visando a ampliação da capacidade do sistema, prevendo, inclusive, obras de construção e/ou alargamento de pistas;

(x) Readequação dos limites de velocidade das ruas do Rio de Janeiro nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, aumentando a capacidade do sistema consonante com o nível de segurança disposto em legislação específica, acabando assim com a indústria das multas na cidade;

(xi) Implantação e regulamentação de outras formas de locomoção que gerem bem-estar e reduzam o tempo do carão no trânsito.

3.14. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

A área de esportes e lazer será um dos maiores desafios da nova gestão municipal, tendo em vista os aparelhos olímpicos deixados a título de legado e que, sem criatividade, se transformarão nos chamados "elefantes brancos", tal como ocorreu tanto após o evento "Pan Rio 2007" e "Copa de Mundo de 2014".



Para evitar esse triste fim, o objetivo da Secretaria será promover parcerias público-privadas com empresas, clubes e federações, para garantir a gestão, funcionamento e acesso dos aparelhos esportivos a todos os cidadãos cariocas.

Essa parceria se estenderá para projetos específicos de bem-estar sócio-esportivo, com a garantia de isenção fiscal para entidades que comprovarem a eficiência dos projetos em comento.

Os patrimônios públicos com foco na promoção de lazer, como parques, jardins e praias, serão dotados de espaço para a prática esportiva, de acordo com a possibilidade e característica do bem, respeitando-se toda a legislação vigente, em aproveitamento análogo ao exercido na construção do bom projeto das academias da terceira idade.

Como o foco da gestão será a reforma do patrimônio público atual, é uma garantia o pleno funcionamento de todos os aparelhos esportivos e áreas de lazer da cidade.

3.15. Secretaria Especial de Empreendedorismo, Emprego e Desburocratização

O empreendedorismo é a chave do desenvolvimento de uma cidade, que encontra-se obstaculizada pelo Governo carioca através de alta carga tributária, grande burocracia na legalização dos processos, ambos frutos de descontrole fiscal e administrativo, além de grande carga de leis inúteis que aumentam o "custo-Rio" para o empreendedor carioca.

Por isso, será criada uma Secretaria Especial de Empreendedorismo, Emprego e Desburocratização, com as seguintes metas:

(i) Analisar toda a legislação carioca em busca de leis interventoras inúteis, redundantes ou encarecedoras da atividade empresarial e propor, junto à Câmara de Vereadores, a sua revogação;

(ii) Promover seminários e cursos para capacitação dos cariocas ao empreendedorismo e geração de empregos;

(iii) Simplificar e reduzir processos burocráticos junto à Prefeitura na hora de legalizar empresas, quando não for possível simplesmente eliminar a burocracia em questão;

(iv) Modernizar e automatizar todos os processos burocráticos internos e destinados ao público da prefeitura, com resolução online, sem necessidade presencial do usuário, na maior parte dos serviços prestados;

(v) Regulamentação dos camelôs, mediante cadastro, CPF ou CNPJ dos que já trabalham como ambulantes, para o uso ordenado das calçadas e demais espaços oportunos à prática comercial, desde que não atrapelhe no fluxo de transeuntes nem se comercialize produtos piratas e ilegais;

(vi) Facilitar a criação de zonas especiais empreendedoras, com desoneração tributária, em parceria com outros níveis da esfera governamental;

(vii) Outras medidas em defesa de um Rio desburocratizado, próspero e livre.



3.15.1. Turismo

O turismo é a vocação natural do Rio de Janeiro e uma das atividades econômicas que mais geram emprego e renda.

Em uma cidade tão bela quanto o Rio de Janeiro, é essencial o investimento pesado da Prefeitura nessa área, através das seguintes medidas:

(i) Investimento na reforma de parques, jardins, praias e demais belezas naturais e artificiais do Rio de Janeiro;

(ii) Criação de um Centro de Defesa e Proteção ao Consumidor Turista, "ProconTur", funcionando dentro do ProconRio, mas com treinamento especializado dos atendentes para as demandas especiais dos turistas, todos com proficiência em mais de um idioma;

(iii) Investimento em qualificação profissional no setor de serviços do Rio de Janeiro, em especial o ensino de línguas, em parceria público-privada com cursos de idiomas, preferencialmente online, e também em parceria com o sistema "S";

(iv) Criação de um meio de atendimento ao turista no âmbito da ouvidoria do sistema 1746, sempre nas opções de contato em inglês e espanhol;

(v) Criação da certificação municipal de motorista de táxi bilingue, com incentivos fiscais e econômicos para o taxista certificado;

(vi) Criação de calendário permanente de turismo gastronômico, cultural e de negócios;

(vii) Estudar a viabilidade de construção de aeroporto comercial grande na zona oeste;

(viii) Estudar parceria para viabilizar a criação de um grande centro de convenções para receber turismo de negócios no Rio de Janeiro, incentivando a revitalização da área;

(ix) Além de outras ações que visem aumentar a incidência do turismo no Rio de Janeiro.

3.16. Secretaria Especial de Direitos Humanos

A Secretaria Especial de Direitos Humanos irá agregar todas as pastas que têm hoje por objetivo promover direitos humanos para segmentos específicos da sociedade, como a secretaria de envelhecimento ativo, de mulheres e de pessoa com deficiência.

Reunindo todas essas pastas em uma só, reduz-se o gasto com pessoal, que é apenas a atividade-meio, e sobram-se mais recursos para utilização na atividade-fim, que é a assistência a estes grupos.

Além dos segmentos em comento, um dos grandes objetivos da Secretaria Especial de Direitos Humanos é a assistência de pessoas vítimas de crimes.

A sociedade não mais tolera o uso da nobre expressão "direitos humanos" como um escudo para proteção de malfeitores e criminosos, enquanto a vítima do crime resta desamparada pelos governantes.



No Governo Flávio Bolsonaro, isso vai mudar, e a vítima de crime será o acolhido pelo poder público municipal, sem que isso reduza o esforço da Prefeitura em prevenir a própria ocorrência de crimes.

A Secretaria também terá atenção especial ao usuário de drogas, com investimento público na sua recuperação, bem como parcerias público-privadas para tratamento de adictos tanto com entidades laicas quanto com entidades de cunho religioso.

Será ainda meta do novo Governo aumentar a disponibilidade de vagas em albergues populares para acolhimento de moradores de rua, com localização no Centro da cidade, preferencialmente.

3.17. Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais

O cuidado com animais não é apenas uma questão periférica dentre os problemas da cidade. De fato, seres humanos e animais compartilham do mesmo espaço, o que faz da saúde e trato com os animais também uma questão de saúde pública humana, por via reflexa.

Portanto, é essencial a criação de um Instituto Veterinário Público para tratamento, acolhimento e castração de animais em situação de abandono ou maus tratos, impedindo assim a proliferação de doenças por animais para seres humanos e gerando bem-estar não somente aos cidadãos, mas ao animais.

O Instituto também se esforçará na promoção de campanhas para educação e conscientização da população sobre o tema, inclusive nas escolas públicas.

3.18. Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia

A Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia aplicará políticas públicas de fomento à produção científica nacional, ciente de que somente o investimento nessa área pode gerar o aumento de produtividade na economia necessário para gerar enriquecimento social sustentável, com compromisso especial em promover parcerias entre empresas e escolas públicas municipais para aprendizado da ciência prática por estudantes cariocas.

A nova gestão fará especial planejamento de políticas públicas, inclusive com apoio financeiro e desonerações tributárias, na busca pela criação de um grande pólo de tecnologia digital, industrial e agroindustrial no município do Rio de Janeiro, sendo o centro nacional de referência no setor.

3.19. Entidades da Administração Indireta

Todas as entidades da Administração Indireta sofrerão choque de gestão, auditoria e estudo de viabilidade, sempre em amplo debate com a sociedade carioca, com fins ao melhor aproveitamento dos recursos públicos e eficiência nas áreas investidas.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

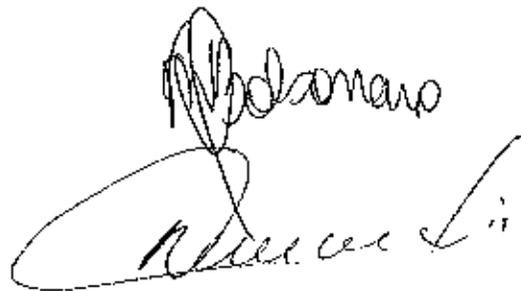
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido Social Cristão tem imenso orgulho em apresentar ideias que podem fazer do Rio de Janeiro uma cidade adaptada à modernidade do século XXI sem esquecer suas raízes, história e tradições, com eficiência administrativa, ética e transparência, para um futuro sustentável e próspero do cidadão carioca.

Nossa cidade não merece mais estar à mercê de políticos incompetentes e alheios às vicissitudes e necessidades do povo.

É preciso FORÇA PARA MUDAR!

E mudança real é um voto em Flávio Bolsonaro para prefeito do Rio de Janeiro!



Flávio Bolsonaro
Bolsonaro